

## A acessibilidade do Sítio Histórico de Vassouras

*Accessibility Of The Historical Site Of Vassouras*

*Accesibilidad Del Sitio Histórico De Vassouras*

Jéssica de Fátima Rossone Alves\*

\* Professora na Fundação de Apoio a Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC). Pesquisadora com formação orientada para a Preservação do Patrimônio Cultural, para o Desenvolvimento Regional e para a Sustentabilidade. Graduou-se em Arquitetura e Urbanismo (2016) e tornou-se Mestra em Ambiente Construído (2018) pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

---

**Resumo:** A presente pesquisa pretende promover a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência no Sítio Histórico de Vassouras/RJ, para que possam conhecer a história e os monumentos que aí se encontram, vivenciá-los. Ao analisar o local, constata-se que o Sítio não está em conformidade com as normativas pertinentes ao caso, a NBR 9050:2020 e o Caderno Técnico sobre Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Centros Históricos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Além disso, percebe-se a escassez de propostas e recursos no sentido de antever e promover a acessibilidade para incluir todas as pessoas. Em linhas gerais, observa-se que existem conflitos de interesses entre o órgão que institui a proteção do patrimônio no Sítio Histórico e diferentes camadas da população que, em partes, relatam interesse na acessibilidade das edificações e, em partes, ignoram esta questão tão importante

**Palavras-chave:** acessibilidade, sítio histórico, patrimônio cultural, Vassouras.

**Abstract:** This research aims to promote accessibility for people with reduced mobility and disabilities in the Historic Site of Vassouras/RJ, so that they can learn about the history and monuments there and experience them. When analyzing the site, it appears that the Site is not in compliance with the regulations relevant to the case, NBR 9050:2020 and the Technical Notebook on Urban Mobility and Accessibility in Historic Centers of the National Historical and Artistic Heritage Institute. Furthermore, there is a lack of proposals and resources to foresee and promote accessibility to include everyone. In general terms, it is observed that there are conflicts of interest between the body that institutes the protection of heritage in the Historic Site and different layers of the population who, in part, report an interest in the accessibility of buildings and, in part, ignore this very important issue.

**Keywords:** accessibility, historic site, cultural heritage, Vassouras.



**Resumén:** Esta investigación tiene como objetivo promover la accesibilidad de las personas con movilidad reducida y discapacidad en el Sitio Histórico de Vassouras/RJ, para que puedan conocer la historia y los monumentos del lugar y vivirlos. Al analizar el sitio, surge que el Sitio no cumple con la normativa pertinente al caso, la NBR 9050:2020 y la Carpeta Técnica sobre Movilidad Urbana y Accesibilidad en Centros Históricos del Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional. Además, faltan propuestas y recursos para prever y promover la accesibilidad para incluir a todos. En términos generales, se observa que existen conflictos de intereses entre el organismo que instituye la protección del patrimonio en el Sitio Histórico y diferentes estratos de la población que, en parte, reportan interés en la accesibilidad de las edificaciones y, en parte, ignorar este tema tan importante.

**Palabras-clave:** accesibilidad, sitio histórico, patrimonio cultural, Vassouras.

## Introdução

Essa pesquisa trata da inclusão e da equidade no que se refere à acessibilidade de pessoas com deficiência em espaços públicos, em especial em ambientes ditos históricos, um tema atual e relevante, aqui pensado para o Sítio Histórico da cidade de Vassouras/RJ, que desponta como polo turístico no interior fluminense.

O tema acessibilidade começou a fazer parte das discussões a respeito das políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência há muito pouco tempo no Brasil. Antes da Constituição Federal de 1988, havia sido tratado apenas na Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro 1978, e, ainda assim, o texto dizia respeito tão somente ao acesso aos edifícios e logradouros. Com a promulgação da Constituição de 1988, houve a inserção efetiva do assunto no marco legal federal brasileiro. Em 2000, finalmente, o assunto foi regulamentado pelas Leis Federais nº 10.048 e 10.098.

Mais adiante, o art. 1º da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada no Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, definiu pessoas com deficiência como: “Aqueles que têm impedimentos de longo prazo da natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”, e indicou ainda que as pessoas podem ter deficiências motoras, visuais, auditivas ou mentais, permanentes ou temporárias, como no caso das pessoas acidentadas, obesas, cardíacas, com problemas respiratórios, grávidas, com carrinhos de compras, de bebê etc., e precisam ter garantida sua movimentação nos espaços públicos.

A acessibilidade é, portanto, direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de

participação social, constituindo um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

No Brasil, 45 milhões de pessoas declaram possuir algum tipo de deficiência, por volta de 24% da população, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. De acordo com esse mesmo Censo, dos 34.410 habitantes de Vassouras, 35,56% possuem alguma deficiência permanente. A maioria declarou possuir deficiência visual, totalizando 20,91%, enquanto 5,42% afirmaram possuir alguma deficiência motora e 3,99% alguma dificuldade auditiva.

O objetivo geral desse trabalho é promover a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência no Sítio Histórico de Vassouras/RJ, para que possam conhecer a história e os monumentos que aí se encontram, vivenciando-os com liberdade e inclusão. Os objetivos específicos são, além de investigar quais espaços tem acessibilidade e conscientizar sobre a acessibilidade em projetos, observar se as intervenções mais recentes feitas nos espaços públicos estão em conformidade com os principais referenciais de normas técnicas para o tema aqui tratado – a NBR 9050:2020<sup>1</sup>, que fala sobre acessibilidade e a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de espaços, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, ou no uso privado, por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; e o Caderno Técnico nº 9 sobre Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Centros Históricos, elaborado e publicado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2014.

As questões motivadoras desta pesquisa foram: *Qual porcentagem dos edifícios do Sítio Histórico de Vassouras é acessível para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e Qual o interesse das pessoas que vivenciam estes edifícios sobre a acessibilidade dos mesmos?*

Para a realização, houve a delimitação de parte do Sítio Histórico, compreendendo logradouros no entorno da Praça Barão de Campo Belo e, mais especificamente, aqueles locais de uso público que fazem parte do cartão postal da cidade, integrantes do Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico tutelado. Foi feita revisão bibliográfica, elaboração e aplicação de entrevistas sobre a visão e o interesse das pessoas que vivenciam estes locais sobre a acessibilidade dos mesmos, registros fotográficos e observação *in loco*, ambos transcorridos no

---

<sup>1</sup> Esta versão corrigida da ABNT NBR 9050:2020 incorpora a Errata 1, de 25.01.2021. Esta Norma necessita impressão colorida. A ABNT NBR 9050:2020 equivale ao conjunto ABNT NBR 9050:2015 e Emenda 1, de 03.08.2020, que cancela e substituíra ABNT NBR 9050:2015.

primeiro semestre de 2022, para investigar quais locais são, de fato, acessíveis de acordo com as normas mencionadas.

### **Acessibilidade nos sítios históricos**

De acordo com o Caderno Técnico nº 9 sobre Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Centros Históricos do IPHAN (2014), promover a acessibilidade dos edifícios com ganhos de funcionalidade é a garantia de melhor qualidade de vida para todos os cidadãos. Garantindo autonomia, derrubam-se preconceitos e favorecem-se práticas inclusivas para todos e, principalmente, para as pessoas com deficiência ou condicionadas na sua mobilidade. Os edifícios aos quais a sociedade atribui valores culturais e neles reconhece sua cultura, independentemente de ter regime de propriedade público ou privado, não devem ser bloqueadores desse direito de usufruto, ao mesmo tempo em que não devem também confinar os indivíduos que, pela sua dificuldade momentânea ou permanente de mobilidade, se veem privados de interagir com o meio físico e social.

O conceito de acessibilidade não deve ser compreendido sob um ponto de vista estritamente arquitetônico ou urbanístico. Oferecer acessibilidade às pessoas com deficiências ou limitações não é apenas proporcionar condições físico-espaciais para que participem de atividades e desfrutem de certas facilidades. O conceito inclui também a possibilidade de propiciar o acesso à informação. Por isso, obras e serviços de adequação de espaços a pessoas com deficiências são imprescindíveis à inclusão social de todos os setores da população (IPHAN, 2014).

A orientação que consta no referido Caderno Técnico é que, quando não for possível que o sítio seja percorrido por quem quer que seja, a visita deve ser substituída por outros tipos de acesso, como os audiovisuais, por exemplo. Não se conhece um sítio apenas pela visitação, percorrendo as trilhas e contemplando os bens. Mesmo antes de ingressar em seu interior, é recomendável que o visitante já esteja informado sobre o que ali lhe é oferecido; o que significa o sítio e cada um de seus componentes mais valiosos; como se deve comportar em relação à sua fragilidade, integridade e autenticidade; e até mesmo quais atividades lúdicas ou de lazer são compatíveis com os propósitos de preservação (IPHAN, 2014).

### **O Sítio Histórico de Vassouras**

A designação Vassouras está associada a um arbusto que foi muito abundante na região conhecido popularmente como vassourinha. Detentora de um riquíssimo legado histórico e

cultural, herança dos tempos áureos do café no Vale do Paraíba fluminense, Vassouras é considerada o berço da diversidade cultural e tem se consolidado, recentemente, como importante destino turístico no estado do Rio de Janeiro.

Parte desse legado se materializa até hoje na cidade. Herança da época dos Barões do Café, a cidade possui um centro histórico provido de grandiosos palacetes e suntuosos casarões, reflexo de sua história cheia de riquezas materiais. Tombado pelo IPHAN em 1958, o Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico de Vassouras é fruto do apogeu econômico que originou a riqueza dos fazendeiros de café, barões e viscondes. O cenário urbano é marcado pelos jardins da Praça Barão do Campo Belo, um dos principais cartões postais de Vassouras, com a Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, palmeiras imperiais e Chafariz Monumental.

### Acessibilidade Do Sítio Histórico De Vassouras

Com base na pesquisa realizada, originou-se o Quadro 1, síntese a partir da qual se nota que a maior parte dos locais pesquisados não é acessível para todas as pessoas – especialmente para aquelas com mobilidade reduzida, deficiências visuais e auditivas – por mais que algumas delas tenham passado por intervenções recentes.

Imagem do local	Nome do edifício	Acesso Público ou Privado	Acessível para...		
			Pessoa com mobilidade reduzida	Pessoa com deficiência visual ou cega	Pessoas surdas ou com deficiência auditiva
	Centro Cultural Cazusa	Público	Sim	Sim	Parcialmente
	Casa Barão de Vassouras	Propriedade privada de uso público	Parcial	Não	Não
	Casa Barão do Itambé	Público / privado	Não	Não	Não

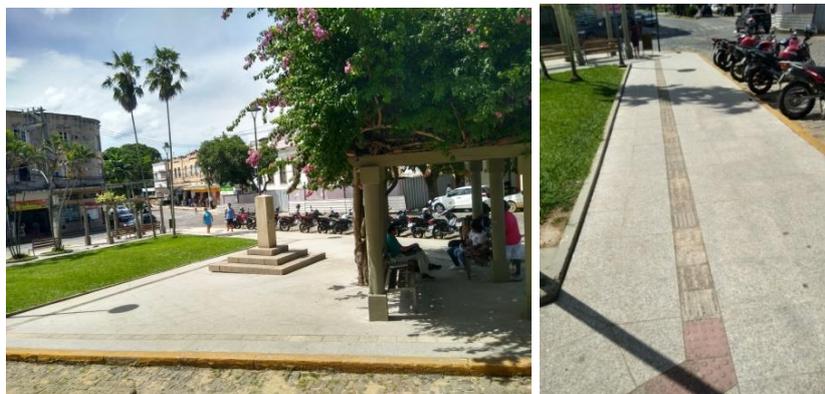
	Casa Barão do Ribeirão	Propriedade privada, uso público	Sim	Parcial	Não
	Santa casa de Misericórdia (atual Museu Vila de Vassouras)	Propriedade privada, uso público	Não	Não	Não
	Antiga casa de Câmara e Cadeia (atual Câmara de Vereadores)	Público	Parcialmente	Parcialmente	Parcialmente
	Igreja Matriz	Público	Não	Não	Não
	Rua Barão de Vassouras nº 71 (Cartório)	Propriedade privada, uso público	Parcialmente	Não	Não
	Rua Barão de Vassouras nº 33 (Loja 2,50)	Público	Não	Não	Não
	Casario Shopping	Público	Parcial	Não	Não
	Rua Barão de Vassouras nº 33 (Wizard)	Propriedade privada, uso público	Parcialmente	Não	Não

	(Rua Barão de Capivari n° 50 Em breve um Café)	Propriedade privada, em breve uso público	Não	Não	Não
	Rua Barão de Capivari n° 60, (Relíquia)	Propriedade privada, uso público	Parcialmente	Não	Não
	Rua Barão de Capivari n° 18 (Casa)	Privado	Não	Não	Não
	Rua Barão de Capivari n° 100 (Casa)	Privado	Não	Não	Não
	Rua Barão de Capivari n° 130 (Casa)	Privado	Não	Não	Não
	Barão de Tinguá n° 109 (Casa)	Privado	Não	Não	Não
	Rua Ministro Edgard Costa n° 2 (Casa)	Privado	Não	Não	Não

	Rua Custódio Guimarães nº 67 (Clínica de Ortopedia)	Propriedade privada, uso público	Parcialmente	Não	Não
	Rua Custódio Guimarães nº 45 (Igreja Universal)	Público	Não	Não	Não
	Rua Custódio Guimarães (Loja de artesanato)	Propriedade privada, uso público	Não	Não	Não
	Praça Eufrásia Teixeira Leite	Público	Parcialmente	Parcialmente	Sim

Quadro 1: Acessibilidade no Sítio Histórico de Vassouras. Fonte: Autoria própria.

Além da elaboração do Quadro 1, é possível trazer considerações mais particulares, disponibilizando mais dados sobre os locais pesquisados, conforme a seguir.



Figuras 01 e 02: Praça Eufrásia Teixeira Leite. Fonte: Autoria própria.

A Praça Eufrásia Teixeira Leite é parcialmente acessível para pessoas com mobilidade reduzida e para pessoas com deficiência visual ou cegas. Nela existe rampa, pisos podotáteis, além de considerável espaço para as pessoas sentarem e descansarem. No entanto, não foi observada a presença de meios de leitura do espaço e de seus elementos, como bustos ou placas, por exemplo, em braile ou QR Code, o que auxiliaria os deficientes visuais. Além disso, constatou-se o estado de conservação regular dos pisos podotáteis, pois alguns perderam as cores de indicação e/ou estão desgastados, o que dificulta o seu uso por pessoas com deficiência visual. Vale destacar que a Praça foi reinaugurada em 2020 após uma obra de requalificação.

Na Câmara de Vereadores há pouca acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva e visual, porém foi informado que se disponibiliza a comunicação em Libras, caso necessário. A edificação é parcialmente acessível para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com percurso acessível através de rampa. Porém, este só é possível pela parte lateral do edifício, e isso pode se tornar constrangedor pelo fato de excluir alguém de ter o acesso pela entrada principal juntamente com as outras pessoas.



Figuras 03, 04 e 05: Câmara dos Vereadores. Fachada principal; entrada principal, na lateral, com escadas e entrada secundária, com rampa e pisos podotáteis. Banheiro com barras de apoio feitas com cano de PVC. Fonte: Autoria própria.

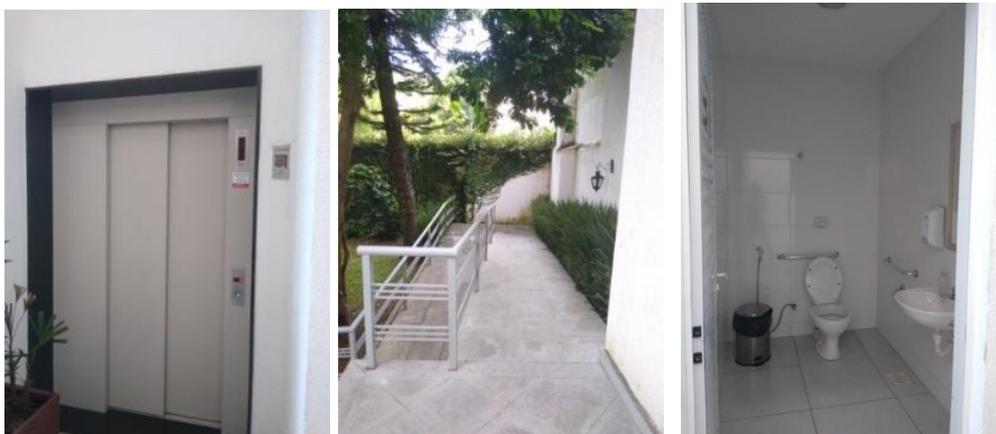
Entretanto, esse edifício contém elevador, rampas, corredores e portas mais largas e banheiros parcialmente acessíveis. Uma questão a ser observada é que nem todos os banheiros possuem área de manobras e transferência, nem de aproximação para uso de lavatório de acordo com a NBR 9050. Outra questão é que as barras de apoio foram feitas com cano de PVC<sup>2</sup>. Com isso, é questionável se estão em conformidade, como diz abaixo:

---

<sup>2</sup> O policloreto de vinila mais conhecido como PVC é um dos polímeros sintéticos de plástico mais produzidos no mundo, com uma vasta possibilidade de aplicações.

7.6.1 Todas as barras de apoio utilizadas em sanitários e vestiários devem **resistir a um esforço mínimo de 150 kg** no sentido de utilização da barra, sem apresentar deformações permanentes ou fissuras, (...) e estar firmemente fixadas a uma distância mínima de 40 mm entre sua base de suporte (parede, painel, entre outros), até a face interna da barra. Suas extremidades devem estar fixadas nas paredes ou ter desenvolvimento contínuo até o ponto de fixação com formato recurvado. Quando necessários, os suportes intermediários de fixação devem estar sob a área de empunhadura, garantindo a continuidade de deslocamento das mãos. O comprimento e a altura de fixação são determinados em função de sua utilização, conforme exemplos apresentados (NBR9050: 2020, p.88, grifo nosso).

No Centro Cultural Cazuza verificou-se que existem diversos elementos que melhoram a acessibilidade de pessoas com deficiência motora, como por exemplo, elevador, banheiros acessíveis com barras de apoio, portas mais largas, áreas de transição, rampa de acesso, etc. E, além disso, o Centro Cultural dispõe de uma cadeira de rodas para receber visitantes com eventuais limitações. Durante a visita ao local, um funcionário disse que existe a prática de leitura labial e fala “num tom de voz mais acessível” para que as pessoas possam entender claramente. Vale ressaltar que o edifício passou por intervenções recentemente, entre 2017 e 2018, que contribuíram para que se tornasse acessível da maneira como se encontra.



Figuras 06, 07 e 08: Centro Cultural Cazuza. Elevador, rampa de acessibilidade, banheiro com espaço de transição e barra de apoio. Fonte: Autoria própria.

A edificação onde funciona o Restaurante Relíquia possui elementos que remetem à acessibilidade, porém sem total conformidade com as normas. Foi observado que a rampa de acesso não corresponde à NBR 9050, pois apesar da inclinação aceitável – máximo de 12,5% conforme a *Tabela 7 – Dimensionamento de rampas para situações excepcionais*, e mesmo tendo em vista que se trata de uma situação excepcional, de área tombada, sabe-se que a largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50 m, para possibilitar que duas cadeiras de rodas se cruzem. Além disso, apesar de os banheiros terem as portas largas e serem corretamente espaçosos, as barras de apoio são pequenas em relação ao que institui a

norma – para barras retas, de acordo com o Anexo C da NBR 9050, a barra deveria ter entre 0,40 e 0,80 m de comprimento.

A Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição não apresenta acessibilidade desejável para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, pois para terem o acesso só é possível entrar pela rampa da garagem, que fica no portão aos fundos do templo. Com isso, apesar de apresentar conformidade normativa, é possível que se cause constrangimento.



Figuras 09 e 10: Igreja Matriz. Interior, entrada principal com degraus. Fonte: Autoria própria.

A Clínica de Ortopedia, que fica na Rua Custódio Guimarães número 67, também não é completamente acessível de acordo com as diretrizes da NBR 9050. Ela possui somente uma rampa pra acessibilidade, mais inclinada que o recomendado, não atingindo os benefícios necessários ao público que precisa frequentar o local. Além disso, a mesma não possui corrimãos.

Na Igreja Universal também foi observado que o edifício não é acessível, tendo assim a falta de rampas e/ou elevadores, de barras de apoios, e formas de acesso para pessoas com deficiência em geral.

A respeito da Loja de Artesanatos, observou-se que o local não é acessível pra pessoas com deficiência. O acesso principal é feito apenas por meio de uma entrada com escadas e o próprio passeio no entorno do local possui muitos degraus. Além disso, o local é estreito em seu interior, o que dificulta a criação de percursos acessíveis para pessoas com mobilidade reduzida, principalmente cadeirantes.

Verificou-se que o Pátio Casario Shopping é parcialmente acessível. Considerando que se trata de um lugar público com alta circulação de pessoas e que também se encontra em perímetro tombado, ele possui bastante elementos que melhoram a acessibilidade de pessoas com deficiências como rampas, elevador, banheiros adaptados, com espaços de transição e

barras de apoio, sendo que nestas últimas a sua implementação deveria ser motivo de estudo mais aprofundado, pois não constam colocadas da mesma forma em todas as cabines. Entretanto, não foram observados elementos que permitam/melhorem a acessibilidade de deficientes visuais, nem de deficientes auditivos.



Figuras 11, 12 e 13: Casario Shopping. Acesso principal ao local; um banheiro adaptado com barras de apoio; o elevador, ao lado da escada. Fonte: Autoria própria.

O edifício que abriga a escola de idiomas Wizard é parcialmente acessível para pessoas com mobilidade reduzida; já para pessoas com deficiência auditiva e visual, não. Os elementos que melhoram a acessibilidade na área comum e nas salas são apenas as rampas, que não estão sinalizadas, porém se destacam do restante pelo piso diferenciado. Todavia, estes elementos estão apenas no interior do edifício, sendo a transição entre passeio e interior realizada necessariamente por meio de degraus.

A Casa Barão do Itambé não é acessível para as pessoas com deficiência de modo geral. Na edificação não foram encontradas rampas, elevador, nem mesmo barras de apoio e/ou quaisquer adaptações nos ambientes relacionadas à acessibilidade de pessoas com deficiência. Vale lembrar que o edifício passou por restauração no início dos anos 2000 e por pequenas manutenções desde então.



Figuras 14 e 15: Casa Barão do Itambé. Entrada principal do edifício e o único acesso, por escada, ao segundo piso. Fonte: Autoria própria.

No caso da Casa Barão de Vassouras, Casa Barão do Ribeirão e antigo Asilo e Santa Casa de Misericórdia – futuro Museu Vila de Vassouras – são edificações que estão em processo de restauração. Esses edifícios foram construídos ainda no século XIX e não havia diretrizes sobre a acessibilidade, portanto em sua origem não possuíam elementos para melhorar a acessibilidade de pessoas com deficiência. Na atualidade, os arquitetos e restauradores responsáveis pelas obras estão cientes de que existem normativas sobre acessibilidade e estão aplicando-as na prática, inserindo elementos como rampas, elevadores, barra de apoio, adaptando ambientes de modo geral.



Figuras 16, 17 e 18: Casa Barão de Vassouras. Rampa de acessibilidade já construída na obra e locais onde serão instalados os elevadores. Fonte: Autoria própria.



Figuras 19, 20 e 21: Casa Barão do Ribeirão. Entradas principal e secundária e visão da fachada frontal. Fonte: Autoria própria.

A Casa Barão de Vassouras, como dito anteriormente não foi construída com elementos de acessibilidade, mas com a obra que se iniciou em 2020, futuramente terá rampas, elevadores e banheiros adaptados. A Casa Barão do Ribeirão, que também não foi construída com acessibilidade para pessoas com deficiência, está em obras desde 2018 e tem como projeção futura a inserção de rampas, elevadores, banheiros acessíveis, placas em braile e etc. O antigo Asilo e Santa Casa de Misericórdia – futuro Museu Vila de Vassouras – também está em obras desde 2018 e o projeto prevê rampas, elevadores, corrimãos em diferentes níveis, banheiros adaptados, pisos podotáteis, etc.

Por fim, vale dizer que não foi possível analisar completamente o edifício que abriga o Cartório, não foi possível adentrar em todos os ambientes. Entretanto pelo que se nota na entrada principal, o prédio não possui elementos que contribuam para a acessibilidade de pessoas com deficiência.

Sobre as residências que estão no conjunto pesquisado, estas não foram motivo de análise particular, e sequer puderam ser observadas em seu interior. A partir da observação de seu exterior, em geral das fachadas frontais, é possível afirmar que seus acessos principais não são acessíveis, pois possuem degraus nas soleiras, além de algumas possuírem escadas e não rampas para vencer certos desníveis.

### **A visão e o interesse das pessoas sobre a acessibilidade nos edifícios pesquisados**

Além da prática de observação às edificações que compõem o conjunto analisado, esta pesquisa contou com entrevistas com roteiros semiestruturados, visando entender qual é a visão e o interesse das pessoas que vivenciam estes locais sobre a acessibilidade dos mesmos. A seguir, discute-se o produto destas entrevistas a partir das informações concedidas pelos

proprietários ou responsáveis por edifícios, além de informações concedidas por pessoas que trabalham nestes locais e também pelos profissionais responsáveis pelas obras, no caso daqueles edifícios que estão passando por restauração.

Uma das primeiras questões feitas aos entrevistados foi “Você acha que essa construção é acessível para todas as pessoas – especialmente para pessoas com deficiências, como físicas, auditivas, visuais?” Pouco mais da metade das respostas foram negativas. Algumas pessoas relataram que a inserção de elementos de acessibilidade foi solicitada, porém estes não foram inseridos. Outras relataram dificuldades em relação às normas do patrimônio histórico e referentes ao tombamento. Em duas entrevistas a resposta foi positiva em relação à acessibilidade para todos os tipos de deficiência listados nesta questão, porém a pesquisa de observação verificou o contrário. Algumas pessoas souberam identificar a parcialidade da acessibilidade nos edifícios, indicando em sua maioria a existência de acessibilidade para pessoas com deficiência física e/ou visual – elevadores, rampas, banheiros acessíveis, pisos podotáteis, entradas largas, porém a inexistência de acessibilidade para outras deficiências.

Aos responsáveis pelos edifícios identificados, *in loco*, como acessíveis ou parcialmente acessíveis, questionou-se “Quando surgiu o interesse de fazer com que esse edifício se tornasse acessível?” As respostas foram variadas, alguns declararam a preocupação com o acesso de pessoas com deficiências ou pessoas idosas, outras relataram interesse particular, outros indicaram obrigação por lei. Uma das respostas mencionou até mesmo solicitação do Ministério Público, sendo este último caso o do edifício que abriga a Câmara dos Vereadores. Outros casos estão relacionados a processos de restauração nos últimos anos, dentre os quais estão à restauração e modernização da Casa Barão de Vassouras, da Casa Barão do Ribeirão e do antigo Asilo e Santa Casa de Misericórdia, futuro Museu Vila de Vassouras. Estes últimos estão se tornando ambientes acessíveis visando abranger o público de acordo com suas futuras funcionalidades e usos – museu, galerias, arquivo público etc. Vale ressaltar que os projetos podem mudar ao longo das obras, assim como as funções e os usos, posteriormente. Portanto, esta pesquisa poder ser continuada tendo em vista a pós ocupação desses locais.

Ainda em relação aos responsáveis pelos edifícios identificados, *in loco*, como acessíveis ou parcialmente acessíveis, questionou-se “Quais intervenções você acredita que ainda poderiam ser feitas para tornar essa edificação mais acessível ainda?” As respostas indicaram: rampas, elevadores, corrimãos de diferentes níveis, banheiros adaptados, pisos táteis, barras de apoio, acesso independente mecânico e acessível, implementação de

sinalização e, inclusive, intervenções no calçamento da rua interferindo no tradicional pé de moleque que compõe o conjunto tombado.

Em relação aos responsáveis pelos edifícios identificados, *in loco*, como não acessíveis ou sequer parcialmente acessíveis, questionamos “Existe interesse em torná-los acessíveis? Há problemas nesse sentido, falta de recursos, ou a opinião de que essa intervenção não é válida/necessária? Você saberia estimar quanto tempo e quais recursos seriam necessários se tivesse que modificar a construção para se tornar acessível? Existe previsão de alguma intervenção, nesse sentido, num futuro próximo?” Menos da metade dos entrevistados relatou não haver interesse na acessibilidade do local, uma pessoa disse não haver necessidade. Já os que disseram haver interesse relataram situações diferentes: 1) Responsáveis por um edifício na Rua Barão de Capivari argumentaram que há interesse, pois o local será transformado para abrigar uso público. Embora não haja falta de recursos, dependem da autorização da Prefeitura e IPHAN; 2) Em relação à Igreja Matriz foi relatada uma parceria com o IPHAN para promover pequenas adaptações, entretanto comentou-se a necessidade de mais parcerias/acordos com o órgão, além de propostas, diagnóstico e recursos para atender mais pessoas com deficiências; 3) Um responsável por um edifício na Rua Custódio Guimarães disse que sempre houve interesse, porém relatou conflitos com o IPHAN, por se tratar de um edifício no conjunto tombado, e ainda relatou um acidente no qual um idoso caiu no local por causa dos obstáculos existentes. Foi relatado também que queriam fazer intervenções como rampas e barra de apoio, mas dependem de autorização IPHAN. Além disso, outros entrevistados disseram indiretamente que não podem realizar intervenções por motivos correlatos, como no caso da Igreja Universal. Através de informações de pessoas responsáveis, verificou-se que existe sim interesse de tornar a Igreja acessível para todas as pessoas com deficiência, por ser um espaço público, mas dependem da autorização do órgão que tutelou o Conjunto.

### **Considerações finais**

A presente pesquisa teve como objetivos promover a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência no Sítio Histórico de Vassouras/RJ; bem como verificar se os locais analisados estão em conformidade com as normativas pertinentes ao caso. Entende-se que promovendo a acessibilidade desses locais e a garantia de melhor qualidade de vida para todos os cidadãos, garante-se também a sua autonomia, derrubam-se preconceitos, e práticas inclusivas para todos ficam favorecidas.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa foi ficando claro que a grande maioria dos locais estudados não são acessíveis para pessoas com deficiências, o que ficou demonstrado efetivamente ao final. Além disso, percebeu-se que faltam propostas e recursos no sentido de antever e promover a acessibilidade na maior parte destes edifícios visando incluir todas as pessoas. Constatou-se que há problemas no sentido de prever e promover a acessibilidade pelo fato de os edifícios pesquisados serem tutelados, de estarem em perímetro tombado.

Em linhas gerais, é possível concluir que existem conflitos de interesses entre o órgão que institui a proteção do patrimônio no Sítio Histórico pesquisado e diferentes camadas da população que, em partes, relatam interesse em melhorar a acessibilidade das edificações e, em partes, ignoram esta questão tão importante. Espera-se que esta pesquisa sirva como fundamentação e incentivo para outras pesquisas com intenções parecidas e que seja um documento base para profissionais que atuam na cidade de Vassouras, especialmente para aqueles que têm algum poder de transformar estes locais em lugares melhores e mais inclusivos.

## Referências Bibliográficas

Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 9050:2020. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Disponível em: <<https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?Q=R0xSeFNpSnIxMU9scnNFd2ZkcE11Tm5TY3pObUZqNkFWcmtKVjhwC9vVT0=>> Acesso em 06 dez. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br>> Acesso em: 16 fev. 2022.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Caderno Técnico nº 9. Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Centros Históricos*. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec9\\_CadernoAcessibilidade\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec9_CadernoAcessibilidade_m.pdf)> Acesso em: 06 dez. 2021.